



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: PE Nº:91708/2024 GMS:1708/2024 UASG 456793 TIPO: MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 00 min do dia 20/02/2025 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 30 min do dia 20/02/2025 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.
---	---

1 OBJETO

1.1 *Prestação de serviços contínuos de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia para atender as demandas judiciais* 0002044-21.2023.8.16.0145; 0000722-29.2024.8.145; 0000328-44.2024.8.16.0073; 0003452-29.2024.8.16.0075; 0003790-03.2024.8.16.0075

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O total desta licitação é de **R\$ 373.422,24 (trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação Orçamentária: 4760.10122358.163
Ação orçamentária: 8163 – Gestão Técnico Administrativo da SESA
Fonte de recursos: 500 – Recursos não Vinculados de Impostos
Elemento de Despesa: 3390.9104 – SENTENÇAS JUDICIAIS – FUNSAUDE

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 2 de 77)

<https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Karin Stopinski** e equipe de apoio **Leandro Pereira**, designadas pela Resolução/Portaria nº 825/2024, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

E-mail: karins@sesa.pr.gov.br

Telefones: (41) 3360-6745

Endereço: Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.administracao.pr.gov.br/compras> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor global do lote**, fixada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com previsão de início em 01/03/2025, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1 Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) **2, 3, 4** as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6. CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de habilitação;
- Anexo III – Modelo de descritivo da proposta de preços;
- Anexo IV – Modelo de procuração;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº **22.708.012-4** – Pregão Eletrônico nº **1708/2024** EDITAL (página 4 de 77)

- Anexo V – Modelo de declaração;
- Anexo VI – Locais de prestação de serviços;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do **Governo Federal**, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.



2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor global do lote;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 7 de 77)

decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 –
Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 8 de 77)

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01 (um centavo de real)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 –
Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 9 de 77)

própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 10 de 77)

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Entre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;



6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.



8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I}{365} = \frac{(6/100)}{365} I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:



12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 16 de 77)

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 05 de FEVEREIRO de 2024.

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
(BETO PRETO) assinatura eletrônica
Secretário da Saúde do Paraná

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Prestação de serviços contínuos de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia para atender as demandas judiciais:0002044-21.2023.8.16.0145; 0000722-29.2024.8.145; 0000328-44.2024.8.16.0073; 0003452-29.2024.8.16.0075; 0003790-03.2024.8.16.0075, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE 1 - Ampla Concorrência
AUTO: Nº 0002044-21.2023.8.16.0145

LOTE 1	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL(12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0604.91016 COD. CATMAT: 12572	5	240	149,30	35.832,00
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	1	48	151,12	7.253,76
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	2	96	153,74	14.759,04
Item 4	Supervisor com AT e família CÓD. GMS: 0605.66983 COD. CATMAT: 25623	2	96	198,50	19.056,00
Item 5	Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar CÓD. GMS: 0605.73862 COD. CATMAT:	2	96	161,33	15.487,68
	VALOR TOTAL GLOBAL:				R\$92.388,48 (Critério de Disputa)

OBS: Lote1: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Ribeirão do Pinhal**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 18 de 77)

LOTE 2 - Exclusivo para ME e EPP
AUTO: Nº 0000722-29.2024.8.16.0145

LOTE 2	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	6	288	149,30	42.998,40
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	3	144	151,12	21.761,28
Item 3	Terapia Ocupacional CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	2	96	153,74	14.759,04
	VALOR TOTAL GLOBAL:				R\$ 79.518,72 (Critério de Disputa)

OBS: Lote 2: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Ribeirão do Pinhal**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

LOTE 3 - Exclusivo para ME e EPP
AUTO: Nº 0000328-44.2024.8.16.0073

LOTE 3	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	3	144	149,30	21.499,20
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	2	96	151,12	14.507,52
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	2	96	153,74	14.759,04
	VALOR TOTAL GLOBAL:				R\$ 50.765,76 (Critério de Disputa)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 19 de 77)

OBS: O lote 3: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Congoninhas**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

LOTE 4 – Exclusivo para ME e EPP
AUTO: N° 0003452-29.2024.8.16.0075

LOTE 4	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	3	144	149,30	21.499,20
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	3	144	151,12	21.761,28
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	3	144	153,74	22.138.56
	VALOR TOTAL GLOBAL :				R\$ 65.399,04 (Critério de Disputa)

OBS: Lote 4: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Cornélio Procopio**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

LOTE 5 – Ampla Concorrência
AUTO: N° 0003790-03.2024.8.16.0075

LOTE 5	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.85668 COD. CATMAT: 12572	3	144	149,30	21.499,20
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	3	144	151,12	21.761,28

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	3	144	153,74	22.138,56
Item 4	Psicopedagogia CÓD. GMS: 0605.55998 COD. CATMAT: 15490	2	96	138,55	19.951,20
VALOR TOTAL GLOBAL:					R\$ 85.350,24 (Critério de Disputa)

OBS: Lote 5: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Cornélio Procopio**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

1.1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.3 A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário considerando que os pagamentos se darão pelas sessões realizadas.

1.1.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1.1 A Contratada deverá elaborar e fornecer relatório de avaliação inicial, plano terapêutico individual com o objetivo e metas a serem alcançados.

1.2.1.2 Deverá ser emitido, mensalmente, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, relatório constando:

- ✓ as atividades realizadas ao longo do mês;
- ✓ a evolução do paciente e a eficácia do tratamento com relação às metas estabelecidas no plano terapêutico individual;
- ✓ a frequência do paciente;
- ✓ nome completo, assinatura e dados de registro no conselho de classe do(s) profissional(is) que realizar(em) o atendimento;
- ✓ nome completo e assinatura do responsável pela paciente;
- ✓ identificação da empresa (razão social, CNPJ, telefone e e-mail);
- ✓ número dos autos e da ficha técnica.

1.2.1.3 O relatório deverá ser encaminhado para os seguintes e-mails: scraca18rs@sesa.pr.gov.br e marcelogaspareto@sesa.pr.gov.br.

1.2.1.4 Com relação à frequência, o relatório deverá informar os dias em que o paciente foi atendido, bem como o horário de início e término das atividades, de modo a possibilitar a aferição de que a carga horária semanal contratada está sendo cumprida. O relatório deverá ser elaborado e assinado pelos profissionais responsáveis pela realização das sessões.

1.2.1.5 Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório, além do mensal, a respeito do tratamento do paciente, contendo as informações exigidas na solicitação.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 21 de 77)

1.2.1.6 O agendamento das sessões deverá ser feito diretamente entre a Contratada e o responsável pelo paciente. A Contratada deverá, no mínimo, ter disponibilidade de agenda para os seguintes dias e horários:

- ✓ Segunda a sexta-feira: das 08:00 às 18:00;
- ✓ Sábado: das 08:00 às 12:00.

1.2.1.7 Antes do início de cada mês, a Contratada deverá enviar para a Contratante cronograma com indicação dos dias e horários programados e combinados com o responsável pelo paciente para realização dos atendimentos do mês seguinte.

1.2.1.8 O cálculo do valor do pagamento mensal da empresa será feito pela multiplicação do valor de cada sessão pela quantidade total de sessões realizadas dentro do mês de referência. O não comparecimento do paciente na sessão previamente agendada não gerará cobrança adicional para a **Contratante**.

1.2.1.9 Caso o paciente não compareça às sessões, a Contratada deverá informar a Regional de Saúde. As faltas deverão ser mencionadas nos relatórios mensais constando as respectivas justificativas. Na impossibilidade de cumprimento da carga horária, os motivos deverão ser apontados no relatório mensal emitido pela Contratada (exemplo: problema de saúde do paciente).

1.2.1.10 A Contratada deverá informar na nota fiscal o nome completo do paciente, bem como o número dos autos e da nota de empenho.

1.2.1.11 Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à execução do serviço que venham a ser solicitados pela Regional de Saúde.

1.2.1.12 A Contratada deverá atender toda a legislação e a regulamentação vigentes aplicáveis aos objetos contratados.

1.2.1.13 A Contratada deverá fornecer todos os materiais e estrutura necessários para realização dos serviços.

1.2.1.14 As sessões deverão ser realizadas por profissional com a capacitação necessária na área de formação e metodologia aplicada, devidamente comprovada, na fase de habilitação, por meio de documentos válidos (diplomas e certificados), para cada lote/item, e de acordo com a legislação e a regulamentação vigentes e aplicáveis aos objetos contratados.

1.2.1.15 A Contratada deverá comprovar, na fase de habilitação, que possui, em seu quadro, profissional devidamente qualificado, conforme item 1.2.1.14 e 1.2.2. O vínculo do referido profissional com a empresa licitante poderá ser comprovado mediante apresentação, dentre outros documentos, da Carteira de Trabalho e do Contrato de Prestação de Serviços e, em se tratando de sócios, do ato constitutivo da empresa.

1.2.1.16 A depender de determinação judicial, prescrição médica e/ou da condição de saúde do paciente, as cargas horárias poderão variar.

1.2.1.17 A carga horária semanal para cada paciente será definida a partir da determinação judicial. As sessões poderão variar de 50 a 60 minutos, de acordo com a recomendação médica de cada paciente, sendo vedada a alteração dos valores da sessão (para mais) em virtude dessa eventual variação.

1.2.1.18 A Contratada deverá estar localizada em município próximo a sede da 18ª Regional de Saúde do Paraná. Isso se faz necessária tendo em vista os pacientes serem residentes da região. Ademais, existem necessidades e especificidades dos pacientes que precisam ser consideradas, como: prescrição médica de uma carga horária semanal elevada para alguns pacientes; os pacientes atendidos são portadores de autismo e/ou outras doenças e possuem necessidades especiais, além de limitações quanto ao deslocamento diário para os tratamentos.

1.2.1.19 Durante a vigência do contrato, poderão ocorrer alterações das quantidades inicialmente definidas, em virtude de eventuais mudanças das decisões judiciais. Também poderá ocorrer a alteração de paciente a ser atendido, em caso de encerramento de



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 22 de 77)

tratamento de paciente inicialmente acolhido, e/ou inclusão de novos pacientes/novas decisões judiciais. As alterações (acréscimos e supressões), se ocorrerem, se limitarão aos percentuais previstos nas cláusulas contratuais.

1.2.1.20 A Contratada se responsabiliza pela continuidade do tratamento do paciente e, em caso de desligamento do profissional responsável pela prestação dos serviços/realização das sessões, se compromete a informar a Contratante e providenciar a reposição no menor tempo possível.

1.2.1.21 Em caso de alteração parcial ou total das prescrições médicas e das determinações judiciais, o contrato(s) poderá(ão) ser suspenso(s).

1.2.2 ESPECIFICAÇÕES PRÓPRIAS DE CADA LOTE:

Lot e 1		MIGUEL MATIAS DA SILVA					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/202 2	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74
Item 4	Supervisor com AT e Família	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	SEM DADOS	R\$ 198,50
Item 5	Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 190,00	SEM DADOS	SEM DADOS	R\$ 161,33

Lot e 2		PEDRO COSTA SILVA					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/202 2	MÉDIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 23 de 77)

Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74

Lot e 3		ISABELLA MARIA PELOZO PEREIRA					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/2022	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74

Lot e 4		BRENO EMANUEL QUINTINO					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/2022	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Lot e 5	PEDRO AMORIM RIBEIRO						
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25 189/2022	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81 189/2022	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88 189/2022	R\$ 153,74
Item 4	Psicopedagogia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 164,25	R\$ 84,50 4573/2021	R\$ 138,55

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado, pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- I. 1.4.1 Forma de execução dos serviços: os serviços serão prestados de maneira parcelada, de acordo com as prescrições médicas e determinações judiciais, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da legislação vigente.
- II. 1.4.2 Local da prestação dos serviços: o serviço será realizado no endereço da Contratada. Excepcionalmente, mediante concordância prévia da contratante após análise do caso concreto, os serviços poderão ser prestados no domicílio do paciente ou em outro local, sendo vedada a alteração dos valores da sessão (para mais) em virtude dessa eventual alteração de local.
- III. 1.4.3 Prazo para a prestação dos serviços: o serviço deverá ser iniciado em até 07 (sete) dias após a assinatura do contrato por ambas as partes.
- IV. 1.4.4 Prazo do contrato: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

2 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 MOTIVAÇÃO DO ATO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 25 de 77)

Trata-se de contratação de serviços contínuos de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, Supervisor com AT e Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, para atendimento de demandas judiciais promovidas contra a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, recebidas pela 15ª Regional de Saúde.

De acordo com a Constituição Federal de 1988,

Art. 6º São direitos sociais a educação, A SAÚDE, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Já a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, prevê, em seu art. 2º, que:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Ainda de acordo com a Lei 8.080/1990, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (art.6º, I, d).

'Quando determinado tratamento não é fornecido pelo SUS, impossibilitando, assim, que o cidadão tenha sua demanda atendida, a tendência é que este judicialize seu pedido. Conforme definição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

a judicialização da saúde refere-se à busca do Judiciário como a última alternativa para obtenção do medicamento ou tratamento negado pelo SUS, ou pelas operadoras de planos de saúde (Saúde Suplementar).

A 18ª Regional de Saúde, composta por 21 (vinte um) municípios, tem recebido, nos últimos anos, crescente número de ordens judiciais para que o Estado forneça sessões de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, entre outros serviços, com utilização de metodologias específicas. Em virtude dos prazos para cumprimento, a Regional vinha realizando as contratações para atendimento das demandas por meio de dispensas de licitação por baixo valor e/ou emergencial (Lei 14.133/2021, art. 75, II e VIII, respectivamente). Todavia, conforme consta no art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, ressalvados os casos especificados na legislação:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra – sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A contratação possibilitará que o Estado dê cumprimento às ordens judiciais, além de possibilitar melhora na qualidade de vida dos pacientes que não conseguiram ter acesso aos tratamentos de que necessitam por meio do SUS. Os serviços a serem contratados são os seguintes:

PACIENTE	AUTOS	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA
Miguel Matias da Silva	0002044-21.2023.8.16.0145	Sessão de psicologia, abordagem ABA –	5 (cinco) sessões por semana – 20/Mês, 240/ano
		Sessão de fonoaudiologia, abordagem ABA –	1 (uma) sessão por semana, 4/mês, 48/Ano
		Sessão de terapia ocupaci- onal ABA	2 (duas) sessões por semana, 8/mês, 96/ano
		Supervisor com AT e Família	2 (duas) sessões por semana, 8/semama, 96/ano
		Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar	2 (duas) sessões por semana, 8/mês, 96/ano
Pedro Costa Silva	0000722-29.2024.8.16.0145	Sessão de psicologia, abordagem ABA –	6 (seis) sessões semana, 24/mês, 288/ano
		Sessão de fonoaudiologia, abordagem ABA –	3 (três) sessão semana, 12/mês,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 27 de 77)

Isabella Maria Pelozo Pereira	0000328-44.2024.8.16.0073		144/ano
		Sessão de terapia ocupacional ABA	2 (duas) sessões por semana, 8/mês, 96/ano
		Sessão de psicologia, abordagem ABA –	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
		Sessão de fonoaudiologia, abordagem ABA –	2 (duas) sessões por semana, 8/mês, 96/ano
Breno Emanuel Quintino	000452-29.2024.8.16.0075	Sessão de terapia ocupacional ABA	2 (duas) sessões por semana, 8/mês, 96/ano
		Sessão de psicologia, abordagem ABA –	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
		Sessão de fonoaudiologia, abordagem ABA –	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
		Sessão de terapia ocupacional ABA	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
Pedro Amorim Ribeiro	0003790-03.2024.8.16.0075	Sessão de psicologia, abordagem ABA –	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
		Sessão de fonoaudiologia, abordagem ABA –	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
		Sessão de terapia ocupacional ABA	3 (três) sessão semana, 12/mês, 144/ano
		Psicopedagoga ABA	2 (duas) sessões por semana, 8/mês, 96/ano

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra – sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



2.2 JUSTIFICATIVAS DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.2.1.1 A Contratada deverá elaborar e fornecer relatório de avaliação inicial, plano terapêutico individual com o objetivo e metas a serem alcançados.	Esta exigência se faz necessária para que, durante a execução do contrato, seja possível avaliar a evolução dos pacientes com o tratamento ofertado.
1.2.1.2 Deverá ser emitido, mensalmente, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, relatório constando: ✓ as atividades realizadas ao longo do mês; ✓ a evolução do paciente e a eficácia do tratamento com relação às metas estabelecidas no plano terapêutico individual; ✓ a frequência do paciente; ✓ nome completo, assinatura e dados de registro no conselho de classe do(s) profissional(is) que realizar(em) o atendimento; ✓ nome completo e assinatura do responsável pela paciente; ✓ identificação da empresa (razão social, CNPJ, telefone e e-mail); ✓ número dos autos e da ficha técnica.	Esta exigência se faz necessária para que, durante a execução do contrato, seja possível avaliar a evolução dos pacientes com o tratamento ofertado; identificar a qual paciente e serviço o relatório refere-se; se o profissional que está realizando as sessões atende ao exigido para prestar o serviço.
1.2.1.3 O relatório deverá ser encaminhado para os e-mail: scraca18rs@sesa.pr.gov.br.	O envio dos relatórios para os e-mail indicado é necessário para que a Regional possa conferir se os serviços contratados estão sendo prestados de acordo com as especificações.
1.2.1.4 Com relação à frequência, o relatório deverá informar os dias em que o paciente foi atendido, bem como o horário de início e término das atividades, de modo a possibilitar a aferição de que a carga horária semanal contratada está sendo cumprida. O relatório deverá ser elaborado e assinado pelos profissionais responsáveis pela realização das sessões.	A exigência justifica-se pela necessidade de garantir que a carga horária contratada está sendo cumprida.
1.2.1.5 Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório, além do mensal, a respeito do tratamento do paciente, contendo as informações exigidas na solicitação.	Eventualmente, a Regional pode ser questionada para fornecer informações a respeito do tratamento do paciente. Portanto, é preciso que a empresa tenha ciência de que, se solicitado, terá que fornecer relatórios adicionais além dos mensais.
1.2.1.6 O agendamento das sessões deverá ser feito diretamente entre a Contratada e o responsável pelo paciente. A Contratada	Para facilitar a compatibilidade de agenda da contratada e do paciente, foi exigido que o agendamento das sessões seja feita



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 29 de 77)

deverá, no mínimo, ter disponibilidade de agenda para os seguintes dias e horários: - Segunda a sexta-feira: das 08:00 às 18:00;	diretamente entre eles. Além disto, visto que cada paciente possui uma rotina diferente, foi exigido que a contratada possua disponibilidade de agenda nos períodos indicados.
1.2.1.7 Antes do início de cada mês, a Contratada deverá enviar para a Contratante cronograma com indicação dos dias e horários programados e combinados com o responsável pelo paciente para realização dos atendimentos do mês seguinte.	O cronograma é necessário para acompanhamento das sessões agendadas e, após o encerramento de cada mês, conferência do cumprimento da carga horária e eventuais faltas.
1.2.1.8 O cálculo do valor do pagamento mensal da empresa será feito pela multiplicação do valor de cada sessão pela quantidade total de sessões realizadas dentro do mês de referência. O não comparecimento do paciente na sessão previamente agendada não gerará cobrança adicional para a Contratante.	Esta especificação é necessária para evitar cobranças por serviços eventualmente não prestados. A quantidade de sessões para cada lote indicada no item 1.1 deste Termo de Referência refere-se a uma quantidade estimativa, a partir das prescrições médicas, para um período de 12 (doze) meses. Portanto, é necessário destacar que o pagamento a contratada será feito pelas sessões efetivamente realizadas.
1.2.1.9 Caso o paciente não compareça às sessões, a Contratada deverá informar a Regional de Saúde. As faltas deverão ser mencionadas nos relatórios mensais constando as respectivas justificativas. Na impossibilidade de cumprimento da carga horária, os motivos deverão ser apontados no relatório mensal emitido pela Contratada (exemplo: problema de saúde do paciente).	Por tratar-se de contratação para atendimento de ordens judiciais, o não cumprimento pode acarretar multas para o Estado. Portanto, é preciso que a contratada justifique as faltas do paciente e o não cumprimento das cargas horárias semanais.
1.2.1.10 A Contratada deverá informar na nota fiscal o nome completo do paciente, bem como o número dos autos e da nota de empenho	Para melhor controle dos serviços prestados, considerando que a contratação será feita para atender diversos pacientes, é preciso que a contratada indique na nota fiscal o nome do paciente, número dos autos e da nota de empenho
1.2.1.11 Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à execução do serviço que venham a ser solicitados pela Regional de Saúde.	Se, durante a execução do contrato, surgirem questionamentos a respeito da prestação dos serviços, a empresa terá a obrigação de prestar os devidos esclarecimentos ao Estado
1.2.1.12 A Contratada deverá atender toda a legislação e a regulamentação vigentes aplicáveis aos objetos contratados.	Para uma adequada prestação dos serviços, a contratada deverá atender a legislação e regulamentação vigentes aplicáveis ao objeto
1.2.1.13 A Contratada deverá fornecer todos os materiais e estrutura necessários para realização dos serviços	Visto que alguns serviços a serem contratados demandam a utilização de alguns materiais e estruturas específicas, fica a

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 30 de 77)

	cargo da contratada o fornecimento destes
1.2.1.14 As sessões deverão ser realizadas por profissional com a capacitação necessária na área de formação e metodologia aplicada, devidamente comprovada por meio de documentos válidos (diplomas e certificados), para cada lote/item, e de acordo com a legislação e a regulamentação vigentes e aplicáveis aos objetos contratados	Considerando que algumas demandas judiciais especificam as metodologias a serem aplicadas, a contratada deverá comprovar que possui o profissional com a qualificação necessária.
1.2.1.15 A depender de determinação judicial, prescrição médica e/ou da condição de saúde do paciente, as cargas horárias poderão variar.	Por tratar-se de tratamentos por prazo indeterminado, pode ocorrer, ao longo da execução do contrato, alteração das cargas horárias inicialmente prescritas para o paciente. Portanto, é necessário destacar esta possibilidade no Termo de Referência para que a contratada tenha ciência
1.2.1.16 A Contratada deverá estar localizada em uma distância máxima de 100 km de Cornélio Procopio, Pr. A limitação geográfica estipulada para a sede da contratada se faz necessária tendo em vista os pacientes serem residentes da região. Ademais, existem necessidades e especificidades dos pacientes que precisam ser consideradas, como: prescrição médica de uma carga horária semanal elevada para alguns pacientes; os pacientes atendidos são portadores de autismo e/ou outras doenças e possuem necessidades especiais, além de limitações quanto ao deslocamento diário para os tratamentos. O custo logístico de deslocamento do paciente é outro fator preponderante, pois em caso de contratação de clínica sediada em local diferente dos citados acima, o custo direto e indireto da assistência ao paciente seria muito elevado. Diante do exposto se faz necessária a limitação de localização da sede das contratadas.	A justificativa para esta exigência se encontra no próprio item 1.2.1.16 do Termo de Referência
1.2.1.17 Durante a vigência do contrato, poderão ocorrer alterações das quantidades inicialmente definidas, em virtude de eventuais mudanças das decisões judiciais. Também poderá ocorrer a alteração de paciente a ser atendido, em caso de encerramento de tratamento de paciente inicialmente acolhido, e/ou inclusão de novos pacientes/novas decisões judiciais. As alterações (acréscimos e supressões), se	Conforme informado no próprio item 1.2.1.17 do Termo de Referência, há a possibilidade de alteração das cargas horárias e de pacientes a serem atendidos. Assim, é necessário deixar explícita esta possibilidade no Termo de Referência.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ocorrerem, se limitarão aos percentuais previstos nas cláusulas contratuais.	
1.2.1.18 A Contratada se responsabiliza pela continuidade do tratamento do paciente e, em caso de desligamento do profissional responsável pela prestação dos serviços/realização das sessões, se compromete a informar a Contratante e providenciar a reposição no menor tempo possível	Eventualmente, pode ocorrer do profissional indicado pela empresa para prestar o serviço se desligar ou ficar impossibilitado de realizar as sessões por algum outro motivo. Nestes casos, cabe à empresa informar o Estado e providenciar a reposição no menor tempo possível de modo a não prejudicar a prestação do serviço.
1.2.1.19 Em caso de alteração parcial ou total da prescrição médica e da determinação judicial, o contrato poderá ser suspenso	Como não há decisão definitiva nos autos ou as prescrições podem ser alteradas, foi preciso deixar especificado no Termo de Referência que, nestes casos, existe a possibilidade de suspensão do contrato.
1.2.2 ESPECIFICAÇÕES PRÓPRIAS DE CADA LOTE	O item 1.2.2 e seus subitens foram incluídos no Termo de Referência para garantir que a futura contratada conte com os profissionais qualificados para prestação dos serviços. Esta qualificação é necessária, pois as determinações judiciais especificam os profissionais e metodologias aplicadas nas sessões.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo foi apresentada no item “1.7 Descrição da solução como um todo – Objeto Técnico” do Estudo Técnico Preliminar, conforme apresentado abaixo:

Especificações técnicas completas do objeto (bem ou serviço): vide item 1.2 deste Termo de Referência;

Padrões mínimos de qualidade exigidos: os padrões mínimos de qualidade referem-se ao atendimento das especificações técnicas citadas anteriormente.

Normas a serem respeitadas: a Contratada deverá atender todas as normas aplicáveis aos objetos contratados.

Prazo de entrega/execução: o serviço terá início em até 07 (sete) dias após a assinatura do contrato e será executado durante o período de vigência do contrato.

Necessidade de instalações no local da contratação de sede (da empresa) próxima ao local de execução do contrato: a Contratada deverá estar localizada em município próximo da 18ª Regional de Saúde do Paraná com distância máxima de 100 km da cidade de Cornélio Procopio. Existem necessidades e especificidades dos pacientes que precisam ser consideradas, como: prescrição médica de uma carga horária semanal elevada para alguns pacientes; os pacientes atendidos são portadores de autismo e/ou outras doenças e possuem necessidades especiais, além de limitações quanto ao deslocamento diário para os tratamentos.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



4 PESQUISA DE PREÇOS

Informamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 368 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado, e visando maior amplitude possível de fontes, foram:

II - os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;

VI - os preços de tabelas oficiais.

A metodologia utilizada para a coleta dos preços de mercado a partir desses parâmetros consta detalhada abaixo:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

No dia 12/07/2024, foi realizada consulta no sistema GMS6, porém, não foram localizados editais vigentes para o período de 12 (doze) meses. As palavras consultadas foram: fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e psicologia. A respeito do banco de preços em saúde disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não foi possível utilizá-lo, pois este se destina ao registro e à consulta de informações de compras de medicamentos e produtos para a saúde realizadas por instituições públicas e privadas, conforme consta no site do Ministério da Saúde⁷. Portanto, não se aplica aos casos de contratação de serviços.

II - Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

Para atendimento deste parâmetro, foi consultado o sistema Banco de Preços. O relatório emitido pelo sistema com os resultados da pesquisa foi juntado no protocolo. A pesquisa foi realizada no dia 18/09/2024 para contratações similares feitas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa. Para compor o “Mapa de formação de preço”, foi realizada a média aritmética dos preços obtidos para cada item.

III - Utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e



de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:

Para o objeto da presente contratação, não foram localizados resultados que atendessem este parâmetro.

IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

No dia 01 a 30 de julho de 2024, foram consultados 10 (seis) prestadores em potencial dos serviços objetos desta contratação. Das empresas consultadas, 03 (três) enviaram cotação de preço, conforme “Mapa de formação de preços”; Nenhum enviou resposta negativa alegando não ter interesse de participar.

Justificativa da escolha dos fornecedores consultados: em virtude da crescente e recorrente demanda por contratação de diversos serviços semelhantes para atendimento de ordens judiciais, a Regional, após pesquisas livres realizadas na internet por empresas/prestadores dos diversos serviços, formou um “cadastro” com algumas empresas do ramo. Esta relação de prestadores costuma ser atualizada quando novos possíveis prestadores são identificados. Assim, sempre que surge uma nova demanda, as empresas são consultadas para que cotem os serviços demandados.

V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná:

<https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br/index>

O Menor Preço do Nota Paraná é um programa que permite ao usuário pesquisar o menor preço de um produto em estabelecimentos participantes. As informações são atualizadas em tempo real toda vez que um estabelecimento realiza uma venda. Portanto, considerando que a presente contratação trata-se de prestação de serviços, não é possível realizar a pesquisa no aplicativo Menor Preço do Nota Paraná.

VI - Preços de tabelas oficiais.

Quanto a tabelas de referência: Ex. Sinapi (para obras e serv. De engenharia); Banco de preço em Saúde (para produtos de saúde); CMED (para medicamentos) – não se aplica aos pedidos das demandas judiciais.

Critério de Preço Máximo adotado para o Processo Licitatório

- Informar se foram excluídos valores considerados discrepantes e qual a metodologia utilizada para a exclusão;

Não verificou-se nenhuma discrepância entre os valores apurados (Orçamentos enviados por prestadores, contrato vigente firmado com a SESA e Sistema Banco de Preços da Empresa Negócios Públicos.)

- Informar qual o método escolhido para a definição do preço máximo estimado da contratação (média, mediana ou menor valor);



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 34 de 77)

Optou-se pelo método média.

- Justificar a escolha do método escolhido;

A Média foi escolhida depois de obtidos: 3 orçamentos obtidos, valores do Banco de Preços e valores encontrados em contratos do GMS conforme abaixo.

Para a formação de preços, obtivemos:

Lot e 1	MIGUEL MATIAS DA SILVA						
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/202 2	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74
Item 4	Supervisor com AT e Família	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	SEM DADOS	R\$ 198,50
Item 5	Terapia Aba em Ambiente Natural e Escolar	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 190,00	SEM DADOS	SEM DADOS	R\$ 161,33

Lot e 2	PEDRO COSTA SILVA						
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/202 2	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 35 de 77)

Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74
--------	-----------------------	------------	------------	------------	------------	-----------	------------

Lot e 3		ISABELLA MARIA PELOZO PEREIRA					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/2022	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74

Lot e 4		BRENO EMANUEL QUINTINO					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS 189/2022	MÉDIA
Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88	R\$ 153,74

Lot e 5		PEDRO AMORIM RIBEIRO					
	Especialidade ABA	3 Orçamentos Obtidos			Banco de Preços	GMS	MÉDIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Item 1	Psicologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 151,25	R\$151,25 189/2022	R\$ 149,30
Item 2	Fonoaudiologia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 170,00	R\$ 145,78	R\$145,81 189/2022	R\$ 151,11
Item 3	Terapeuta Ocupacional	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 185,00	R\$ 146,82	R\$142,88 189/2022	R\$ 153,74
Item 4	Psicopedagogia	R\$ 145,00	R\$ 149,00	R\$ 150,00	R\$ 164,25	R\$ 84,50 4573/2021	R\$ 138,55

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

O objeto da presente contratação é composto de 05 (cinco) lotes de 3 a 5 itens cada lote.

Justifica-se que foram agrupados os 5 lotes (de 3 a 5) itens uma vez que os serviços deverão ser prestados por uma mesma clínica multidisciplinar devidos os motivos abaixo expostos:

- As terapias multidisciplinares envolvem a atuação conjunta de diferentes profissionais da saúde para proporcionar um tratamento mais completo e eficiente aos pacientes.
- A alta carga horaria de tratamento para o paciente, serão divididas em seguindo de acordo com a prescrição médica em clínica multidisciplinar possibilita uma abordagem mais completa e integrada no cuidado ao paciente;
- O paciente apresenta quadro clínico complexo sendo portador da Síndrome de Autismo, sendo que o atendimento multidisciplinar por uma mesma clínica garante maior integração entre os profissionais acarretando no melhor atendimento ao paciente;
- O SUS defende o atendimento de seus pacientes por equipe multidisciplinar , conforme pode ser verificada na Portaria No 2.436, de 21 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, em seu art. 2º, o qual prevê:

"Art.2o A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

Portanto, o beneficio de atendimento de pacientes por equipe multidisciplinar e integrada é um requisito essencial da rede de saúde mais importante do país.

6 SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviço de terapia não apresenta riscos de possíveis impactos ambientais, por isso, exigirá minimamente que a clínica:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



- ✓ maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- ✓ maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- ✓ origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados;
- ✓ que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- ✓ que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Para esta contratação será exigido alvará sanitário expedido pela vigilância sanitária do município onde a empresa estiver instalada.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar 123/06, porque não vantajoso, à luz do disposto no art. 120, do Decreto Estadual 10.086/2022 (justificativa 19 da minuta PGE).

Os lotes que apresentam valor abaixo de R\$ 80.000,00 serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, seguindo os preceitos de art. 379, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2024 e art. 48, inciso I, da Lei complementar nº 123/2026.

Os lotes que extrapolam o valor de R\$ 80.000,00 serão destinados para ampla concorrência, não se aplicando a cota de 25% para ME e EPP (conforme previsão art. 379, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2024 e art. 48, inciso III, da Lei complementar nº 123/2026), pois se tratam de bens indivisíveis pelos motivos expostos abaixo:

1. Almeja-se contratação de clínica multidisciplinar que disponibilize todas as terapias de forma integrada, visto que as terapias multidisciplinares envolvem a atuação conjunta de diferentes profissionais da saúde para proporcionar um tratamento mais completo e eficiente aos pacientes.

2. Há prescrição médica de alta carga horária de tratamento para os pacientes, em terapias/atendimentos médicos; serão divididas em terapias: serviços contínuos de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia, as quais reunidas em uma clínica multidisciplinar possibilita uma abordagem mais completa e integrada no cuidado ao paciente;

3. Os pacientes apresentam quadro clínico complexo sendo portador de transtorno do Espectro Autista, sendo que o atendimento multidisciplinar por uma mesma clínica garante maior integração entre os profissionais acarretando no melhor atendimento ao paciente;

4. O SUS defende o atendimento de seus pacientes por equipe multidisciplinar, conforme pode ser verificada na Portaria No 2.436, de 21 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, em seu art. 2º, o qual prevê:

"Art.2º A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.



Portanto, o benefício de atendimento de pacientes por equipe multidisciplinar e integrada é um requisito essencial da rede de saúde mais importante do país.

Desta forma, não se torna vantajoso o fracionamento do lote para MME e EPP devido à inviabilidade do tratamento realizado por mais de uma empresa, pois as clínicas de terapias oferecem equipe multidisciplinar com plano integrativo, cumprindo os protocolos de saúde instituídos.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.1 Produtos sustentáveis sob os aspectos socioambientais, socioeconômicos e sociocultural; Exigência de qualificação técnica dos potenciais contratantes; Padrões mínimos de qualidade; Prazo de entrega/execução; Normas a serem respeitadas; Apresentação de certificação pelo contratado;

9.2 Além dos pontos acima, o contratado deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 39 de 77)

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;



10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11. GARANTIA DA EXECUÇÃO

I.A. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:



A.i.O objeto será prestado de forma parcelada, atendendo as cargas horárias semanais determinadas nas rescrições médicas e ordens judiciais. Desta forma, o valor da contratação gera tão somente expectativa de negócio, o qual não será, em hipótese alguma, garantia de faturamento ou execução do contrato, apenas uma reserva de recurso.

A.ii.Neste caso concreto, trata-se de contratação de serviços contínuos de fPsicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, para atendimento de demandas judiciais promovidas contra a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, recebidas pela 18ª Regional de Saúde, os quais serão pagos após a efetiva execução e comprovação, não havendo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

A.iii.Por se tratar de objeto de baixa complexidade, eventual descumprimento das cláusulas estabelecidas no Termo de Referência, não acarretará prejuízos à Administração que coloque em risco as ações e serviços da instituição.

12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3 O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 42 de 77)

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

12.7 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170 - Rebouças - 80230-140 - Curitiba – PR, constando número da contratação, lote/item, para fins de rastreabilidade em estoque.

13 DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, com data-base

vinculada à data do orçamento estimado 24.09.2024 (data do fechamento do mapa de preços).

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.2.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

13.2.3 Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

13.2.4 A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias para se manifestar quanto a solicitação que trata o item anterior.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O serviço terá início em até 07 (sete) dias a contar da assinatura do contrato.

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

16.2.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.3.1 cumprimento das cargas horárias contratadas e atendimento das demais exigências contidas nas especificações técnicas.

17.3.2 definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 5, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir.

17.3.3 A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato deverá ser por escrito, independente da gravidade da situação ou da reincidência do fato, podendo ser enviada por email, AR, ou ambos. A CONTRATADA deverá acusar o seu recebimento, onde no e-mail estará apontando data e hora do recebimento.

17.3.4 Constatando irregularidade passível de notificação, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu tipo e nível, grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido e demais dados julgados relevantes para o perfeito entendimento e avaliação da ocorrência;

17.3.5 A CONTRATANTE considerará entregue o Termo de Notificação que, voluntariamente, não for recebido pela CONTRATADA, devendo ser, a partir desta ocorrência, o nível da irregularidade elevado ao nível “grave” e, em já sendo “grave”, ao nível “gravíssimo”, ficando a data desta ocorrência como data do efetivo recebimento;

17.3.6 Após o recebimento, o preposto da CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas e tratativas para a(s) ocorrência(s) apontada(s).

17.3.6.1 O nível de graduação da irregularidade será classificado pelo Fiscal do Contrato, considerando os efeitos da irregularidade e/ou as consequências/comprometimento dos serviços contratados ocasionados pela falha, conforme tabela abaixo:

TIPO	NÍVEL DE GRADUAÇÃO	PENALIDADE
1	Levíssima	01 (um) ponto
2	Leve	02 (dois) pontos
3	Média	03 (três) pontos
4	Grave	04 (quatro) pontos



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 45 de 77)

5	Gravíssima	05 (cinco) pontos
---	------------	-------------------

17.4 Os indicadores a serem monitorados mensalmente pelos fiscais e gestores dos contratos são:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 46 de 77)

INDICADOR	PREVISÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)	PARÂMETRO	CUMPRIU AS EXIGÊNCIAS ESTIPULADAS NOS INDICADORES E NO CONTRATO/EDI- TAL?	OCORRÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	PENALIDADE	AÇÃO
1 – Elaborar e fornecer relatório de avaliação inicial, plano terapêutico individual com o objetivo e metas a serem alcançados	Item 1.2.1.1	Envio do relatório de avaliação inicial, plano terapêutico individual com o objetivo e metas a serem alcançados.	Sim	N/A	N/A	N/A	N/A
			Não	Não envio do relatório de avaliação inicial e plano terapêutico individual após o término do primeiro mês de atendimentos realizados	Leve	02 (dois) pontos	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regularização imediata
				Atraso superior a 10 (dez) dias no envio do relatório de avaliação inicial e plano terapêutico individual após contato para a execução/regularização imediata	Média	03 (três) pontos	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regularização imediata
				Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no envio do relatório de avaliação inicial e plano terapêutico individual após contato para a	Gravíssi ma	05 (cinco) pontos	Aplicar notificação por escrito para a execução imediata Observação: será aplicada a penalidade mensalmente até que o relatório de avaliação inicial e plano

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 47 de 77)

				execução/re- gularização imediata			terapêutico se- jam enviados.
			Sim	N/A	N/A	N/A	N/A
2 – Envio do relatório mensal até o quin-to dia útil do mês seguinte ao da presta- ção do serviço	Item 1.2.1.2	Envio do relatório no prazo estipulado no item 1.2.1.2 do Termo de Referência.	Não	Atraso de até 03 (três) dias no envio do relatório mensal	Levíssima	01 (um) ponto	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regulari- zação imediata
				Atraso de até 07 (sete) dias no envio do relatório	Leve	02 (dois) pontos	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regulari- zação imediata
				Atraso de até 12 (doze) dias no envio do relatório	Média	03 (três) pontos	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regulari- zação imediata
				Atraso de até 20 (vinte) dias no envio do relatório	Grave	04 (quatro) pontos	Aplicar a 1ª notificação por es- crito para a execução imedia- ta
				Atraso superior a 20 (vinte) dias no envio do relatório	Gravíssi ma	05 (cinco) pontos	Aplicar a 2ª notificação por escrito para a execução imediata Observação: será aplicada a penalidade mensalmente até que o

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 48 de 77)

3 – Emissão de relatório mensal com as informações exigidas	Item 1.2.1.2	Envio do relatório com todas as informações contidas no item 1.2.1.2 e 1.2.1.4 do Termo de Referência.	Sim	N/A	N/A	N/A	relatório seja enviado.
			Não	Envio de relatório incompleto	Levíssima	01 (um) ponto	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regularização imediata
				Não correção do relatório no prazo de até 05 (cinco) dias após a primeira solicitação	Leve	02 (dois) pontos	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regularização imediata
				Não correção do relatório no prazo de 10 (dez) dias após a primeira solicitação	Média	03 (três) pontos	Fazer contato com a Contrata- da para a execução/regularização imediata
				Não correção do relatório no prazo de 15 (quinze) dias após a primeira solicitação	Grave	04 (quatro) pontos	Aplicar a 1ª notificação por escrito para a execução imediata
				Não correção do relatório no			Aplicar a 2ª notificação

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 49 de 77)

				prazo de 25 (vinte e cinco) dias após a primeira solicitação	Gravíssima	05 (cinco) pontos	por escrito para a execução imediata
4 – Envio do cronograma com indicação dos dias e horários programados e combinados com o responsável pelo paciente para realização dos atendimentos do mês seguinte	Item 1.2.1.7	Envio do cronograma com indicação dos dias e horários programados e combinados com o responsável pelo paciente para realização dos atendimentos do mês seguinte.	Sim	N/A	N/A	N/A	N/A
			Não	Não envio do cronograma antes do fim do mês.	Levíssima	01 (um) ponto	Fazer contato com a Contratada para a execução/regularização imediata

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 50 de 77)

5 – Informar à Contratante as faltas do paciente e as respectivas justificativas,	Item 1.2.1.9	Envio das justificativas das faltas do paciente e eventuais motivos para o não cumprimento da carga horária contratada.	Sim	N/A	N/A	N/A	N/A
---	--------------	---	-----	-----	-----	-----	-----

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 21.582.736-4 – Pregão Eletrônico nº 845/2024 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 19 de 77)

bem como eventuais motivos para não cumprimento da carga horária contratada.			Não	Não envio das justificativas.	Leve	02 (dois) pontos	Fazer contato com a Contratada para a execução/regularização imediata
6 – Informar na nota fiscal o nome completo do paciente, bem como o número dos autos e da nota de empenho.	Item 1.2.1.10	Envio da nota fiscal contendo o nome completo do paciente, bem como o número dos autos e da nota de empenho.	Sim	N/A	N/A	N/A	N/A
			Não	Envio da nota fiscal sem as informações exigidas.	Levíssima	01 (um) ponto	Fazer contato com a Contratada para a execução/regularização imediata
7 – Realização das sessões com profissionais devidamente	Item 1.2.1.14	Sessões realizadas pelos profissionais devidamente qualificados, com capacitação comprovada conforme previsto em edital.	Sim	N/A	N/A	N/A	N/A
			Não	Sessões realizadas por profissionais que não atendem as especificações	Grave	04 (quatro) pontos	Fazer contato com a Contratada para a execução/regularização imediata

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 21.582.736-4 – Pregão Eletrônico nº 845/2024 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 20 de 77)

e qualificados				técnicas do Termo de Re- ferência.			
-------------------	--	--	--	--	--	--	--

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE**



Protocolo nº **22.708.012-4** – Pregão Eletrônico nº **1708/2024** EDITAL (página 21 de 77)

18.SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 4760 – Fundo Estadual de Saúde;
Fonte de Recursos: 100 – Ordinário não vinculado;
Programa de Trabalho: 6163 – Gestão técnico administrativo da SESA;
Elemento de Despesa: 3390.9104 – Sentenças judiciais.

19.2 O empenho da despesa não excederá o valor das obrigações administrativas a serem cumpridas no exercício financeiro em curso.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Cornélio Procópio, 16 de Outubro de 2024

Marcelo Gaspareto

Administrador

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 23 de 77)

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1,0** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1,0** no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s):

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento em Psicologia e Terapia ABA, Fonoaudiologia ABA, Terapia Ocupacional ABA, Psicopedagogia e psicoterapia e supervisão com AT e família, em quantidade de no mínimo vinte de 20% (vinte por cento), em relação a quantidade de

bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.2 Indicar profissional responsável técnico com formação em Psicologia e Terapia ABA, Fonoaudiologia ABA, Terapia Ocupacional ABA, Psicopedagogia, conforme o requerido para cada lote.

1.5.3 Deverá ser comprovado o vínculo do referido profissional com a empresa licitante, admitindo-se para tanto, dentre outros documentos, a Carteira de Trabalho e o Contrato de Prestação de Serviços e, em se tratando de sócios, o ato constitutivo da empresa."



1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados

deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1708 Ano: 2024

A - DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço		
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :	
Endereço :		
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	
e-mail:		
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Prestação de serviços contínuos de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia para atender as demandas judiciais 0002044-21.2023.8.16.0145; 0000722-29.2024.8.145; 0000328-44.2024.8.16.0073; 0003452-29.2024.8.16.0075; 0003790-03.2024.8.16.0075

LOTE 1 - Ampla Concorrência
AUTO: Nº 0002044-21.2023.8.16.0145

LOTE 1	ESPECIALIDADE	QTDE SEMAN AL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃ O	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0604.91016 COD. CATMAT: 12572	5	240	R\$	R\$
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	1	48	R\$	R\$
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	2	96	R\$	R\$
Item 4	Supervisor com AT e família CÓD. GMS: 0605.66983 COD. CATMAT: 25623	2	96	R\$	R\$
Item 5	Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar CÓD. GMS: 0605.73862 COD. CATMAT:	2	96	R\$	R\$
	VALOR TOTAL				R\$ Critério de Disputa: Ampla



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 26 de 77)

		Concorrência
--	--	--------------

OBS: Lote1: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Ribeirão do Pinhal**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

LOTE 2 - Exclusivo para ME e EPP
AUTO: Nº 0000722-29.2024.8.16.0145

LOTE 2	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	6	288	R\$	R\$
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	3	144	R\$	R\$
Item 3	Terapia Ocupacional CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	2	96	R\$	R\$
	VALOR TOTAL				79.518,72 Critério de Disputa Exclusivo para ME e EPP

OBS: Lote 2: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Ribeirão do Pinhal**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

LOTE 3 - Exclusivo para ME e EPP
AUTO: Nº 0000328-44.2024.8.16.0073

LOTE 3	ESPECIALIDADE	QTDE SEMANAL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	3	144	R\$	R\$
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058	2	96	R\$	R\$



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 27 de 77)

	COD. CATMAT: 5967				
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	2	96	R\$	R\$
	VALOR TOTAL				R\$ Critério de Disputa Exclusivo para ME e EPP

OBS: O lote 3: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Congonhinhas**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

LOTE 4 – Exclusivo para ME e EPP
AUTO: N° 0003452-29.2024.8.16.0075

LOTE 4	ESPECIALIDADE	QTDE SEMAN AL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃ O	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	3	144	R\$	R\$
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	3	144	R\$	R\$
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	3	144	R\$	R\$
	VALOR TOTAL				R\$ Critério de Disputa Exclusivo para ME e EPP

OBS: Lote 4: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Cornélio Procopio**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 28 de 77)

LOTE 5 – Ampla Concorrência

AUTO: N° 0003790-03.2024.8.16.0075

LOTE 5	ESPECIALIDADE	QTDE SEMAN AL	QTD ANUAL (12 MESES)	VALOR POR SESSÃO	VALORES TOTAIS
Item 1	Psicóloga ABA CÓD. GMS: 0605.91016 COD. CATMAT: 12572	3	144	R\$	R\$
Item 2	Fonoaudióloga ABA CÓD. GMS: 0605. 86058 COD. CATMAT: 5967	3	144	R\$	R\$
Item 3	Terapia Ocupacional ABA CÓD. GMS: 0605.55999 COD. CATMAT: 19968	3	144	R\$	R\$
Item 4	Psicopedagogia CÓD. GMS: 0605.55998 COD. CATMAT: 15490	2	96	R\$	R\$
	VALOR TOTAL				R\$ Critério de Disputa: Ampla Concorrên cia

OBS: Lote 5: Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Cornélio Procópio**, ou cidades próximas localizadas em até 100(cem) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.

2. A validade da proposta é de **120 (cento e vinte) dias**.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº **22.708.012-4** – Pregão Eletrônico nº **1708/2024** EDITAL (página 29 de 77)

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 1708/2024, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO (timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI
LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

SESA
Local de Prestação dos Serviços: O serviço será realizado no endereço da Contratada. Excepcionalmente, mediante concordância prévia da contratante após análise do caso concreto, os serviços poderão ser prestados no domicílio do paciente ou em outro local, sendo vedada a alteração dos valores da sessão (para mais) em virtude dessa eventual alteração de local.

Preferencialmente o serviço prestado deverá ser realizados na cidade de residência do paciente, **Cornélio Proκόpio**, ou cidades próximas localizadas em até 200(duzentos) quilômetros devido dificuldade de realizar as sessões semanalmente.



ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO Nº XXXXXXXX

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Saúde, com sede no(a) Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/PrXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto nº XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 1708/2024 (protocolo n.º 22.708.012-4) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Prestação de serviços contínuos de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia para atender as demandas judiciais 0002044-21.2023.8.16.0145; 0000722-29.2024.8.145; 0000328-44.2024.8.16.0073; 0003452-29.2024.8.16.0075; 0003790-03.2024.8.16.0075;

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 1708/2024, objeto do processo administrativo n.º 22.708.012-4, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.2.1 O valor previsto no item 3.2 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.”

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do IPCA.



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE**



Protocolo nº **22.708.012-4** – Pregão Eletrônico nº **1708/2024** EDITAL (página 34 de 77)

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

4.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base

vinculada à data do orçamento estimado **24.09.2024 (data do fechamento do mapa de preços)**.

4.2.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até **30 (trinta) dias** antes do fim de cada período de doze meses.

4.2.3 Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

4.2.4 A Contratante terá um prazo de até **05 (cinco) dias** para se manifestar quanto a solicitação que trata o item anterior.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item **5.3** deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item **5.3** deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 35 de 77)

6.2 O serviço terá início em até **07 (sete) dias** a contar da assinatura do contrato.

6.3 Os serviços serão prestados no endereço da contratada conforme **Anexo VI**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de **03 (três) dias**.

6.4.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **03 (três) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 4760 – Fundo Estadual de Saúde

Fonte de Recursos: 500 – Ordinário não vinculado

Programa de Trabalho 8163 – Gestão técnico administrativo da SESA

Elemento de Despesa: 3390.9104 - SENTENCAS JUDICIAIS

8 VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

8.1.1 A vigência do contrato está condicionada à higidez da decisão judicial, a falta de eficácia da mesma tornará o contrato extinto.

8.1.2 A Administração poderá extinguir o contrato quando, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme dispõe o art. 106, inciso III da NLLC;

9 PAGAMENTO:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 36 de 77)

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

9.6.1 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ,

CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170 - Rebouças - 80230-140 - Curitiba – PR, constando número

da contratação, lote/item, para fins de rastreabilidade em estoque.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE**



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 37 de 77)

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº **22.708.012-4** – Pregão Eletrônico nº **1708/2024** EDITAL (página 38 de 77)

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;



11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1 O objeto será prestado de forma parcelada, atendendo as cargas horárias semanais determinadas nas rescrições médicas e ordens judiciais. Desta forma, o valor da contratação gera tão somente expectativa de negócio, o qual não será, em hipótese alguma, garantia de faturamento ou execução do contrato, apenas uma reserva de recurso.

11.1.2 Neste caso concreto, trata-se de contratação de serviços contínuos de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Supervisor com AT e família, Terapia ABA em Ambiente Natural e Escolar e Psicopedagogia, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, para atendimento de demandas judiciais promovidas contra a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, recebidas pela 18ª Regional de Saúde, os quais serão pagos após a efetiva execução e comprovação, não havendo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

11.1.3 Por se tratar de objeto de baixa complexidade, eventual descumprimento das cláusulas estabelecidas no Termo de Referência, não acarretará prejuízos à Administração que coloque em risco as ações e serviços da instituição.

12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.



12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 41 de 77)

a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.1 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.2.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.



15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE



Protocolo nº **22.708.012-4** – Pregão Eletrônico nº **1708/2024** EDITAL (página 43 de 77)

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
15ª REGIONAL DE SAÚDE**



Protocolo nº 22.708.012-4 – Pregão Eletrônico nº 1708/2024 EDITAL (página 44 de 77)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1708/2024, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IX
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **EDITALPE1708.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Carlos Alberto Gebrim Preto** em 05/02/2025 15:27.

Inserido ao protocolo **22.708.012-4** por: **Karin Stopinski** em: 05/02/2025 15:07.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
9be8bfb1c62e6b79327e7bf82da588d.